

8 - A Escuta de Mulheres Vítimas de Violência Sexual como Dispositivo Intersetorial de Prevenção do Femicídio

Listening to Women Victims of Sexual Violence as an Intersectoral Mechanism for Femicide Prevention

Valéria Raquel Alcantara Barbosa¹

RESUMO

O atendimento de mulheres em situação de violência pressupõe uma escuta sensível, respeitosa, dialética, não revitimizadora; abalizada na atenção genuína, na alteridade, no encorajamento, na defesa intransigente dos direitos humanos e no empoderamento feminino. Este artigo investiga os sentidos imanentes à escuta de mulheres vítimas de violência sexual, como dispositivo estratégico de atuação na rede intersetorial de atendimento, com vistas à prevenção do feminicídio. Para tanto, realizou-se uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo e abordagem qualitativa. O levantamento bibliográfico ocorreu no mês de maio do ano 2026, através da apreciação de 23 materiais, abrangendo artigos publicados em periódicos indexados (21), e-book (1) e capítulo de livro (1), extraídos das bases de dados Cambridge Core, Dialnet, Google Scholar, Periódicos CAPES, Springer Nature, Scielo e Scopus, publicados no período compreendido entre 2022 e 2026. Considerando as idiossincrasias das evidências compiladas, sistematizaram-se os achados em três eixos temáticos: (1) violência sexual e tentativa de feminicídio - magnitude, danos e riscos associados; (2) do silêncio à escuta centrada na vítima-sobrevivente, em favor da amplificação de vozes; e (3) pesquisa e inovação em tecnologias assistenciais para escuta de vítimas de violência sexual e tentativa de feminicídio. Afinal, atesta-se que o enfrentamento da violência sexual e do feminicídio conclama abordagem que coadune prevenção, educação para a igualdade de gênero, qualificação das instituições e fortalecimento das condições materiais de autonomia das mulheres;

¹ Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) e mestra em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Psicóloga (CRP-21/00373) e psicóloga de referência do Serviço de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS) da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa, em Teresina (PI). valeryalca@gmail.com

implica, igualmente, a legitimação das narrativas das sobreviventes como fontes de conhecimento social e político, potentes para desafiar estruturas de opressão historicamente consolidadas.

Palavras-chave: escuta; violência de gênero; violência sexual contra a mulher; feminicídio; intersectorialidade.

ABSTRACT

Providing care to women experiencing violence requires sensitive, respectful, dialectical, and non-revictimizing listening, grounded in genuine attention, alterity, encouragement, the uncompromising defense of human rights, and women's empowerment. This article investigates the meanings inherent in listening to women victims of sexual violence as a strategic mechanism for action within the intersectoral care network, with a view to preventing femicide. To this end, a narrative literature review was conducted, with a descriptive design and qualitative approach. The literature search took place in May 2026 and examined 23 materials, comprising articles published in indexed journals (21), an e-book (1), and a book chapter (1), retrieved from Cambridge Core, Dialnet, Google Scholar, CAPES Journals, Springer Nature, SciELO, and Scopus, and published between 2022 and 2026. Considering the particularities of the evidence compiled, the findings were organized into three thematic axes: (1) sexual violence and attempted femicide—magnitude, harms, and associated risks; (2) from silence to victim-survivor-centered listening, in favor of amplifying voices; and (3) research and innovation in care technologies for listening to victims of sexual violence and attempted femicide. Ultimately, the evidence indicates that addressing sexual violence and femicide calls for an approach that combines prevention, education for gender equality, institutional capacity-building, and the strengthening of the material conditions for women's autonomy; it also entails legitimizing survivors' narratives as sources of social and political knowledge capable of challenging historically entrenched structures of oppression.

Keywords: listening; gender-based violence; sexual violence against women; femicide; intersectorality.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres (VCM) designa uma grave violação dos direitos humanos, intrinsecamente enraizada na desigualdade de gênero, um desafiador problema de saúde pública e um obstáculo ao desenvolvimento sustentável. Estima-se que cerca de 1 em cada

3 (30%) mulheres no mundo já tenha sofrido violência física e/ou sexual perpetrada pelo parceiro íntimo ou violência sexual cometida por qualquer agressor. Em escala global, aproximadamente 25% das mulheres com 15 anos ou mais já foram vítimas de violência física e/ou sexual praticada pelo parceiro íntimo (World Health Organization, 2025a). Além disso, outras formas de violência se destacam pela elevada magnitude, como o feminicídio — incluindo assassinatos motivados pela chamada “defesa da honra” —, a violência física ou o assédio sexual por empregadores, parentes ou pessoas em posição de autoridade, bem como o tráfico de pessoas (World Health Organization, 2025b).

Os homicídios de mulheres motivados por questões de gênero podem ocorrer em diferentes situações, tanto na esfera privada como na esfera pública, envolvendo variados contextos relacionais entre vítima e agressor (United Nations Office on Drugs and Crime; United Nations Women, 2023). Em âmbito mundial, a maioria desses crimes é praticada por parceiros íntimos ou outros membros da família, o que evidencia o lar como o ambiente de maior risco de homicídio para as mulheres. Inclusive, muitos feminicídios representam o desfecho trágico de um padrão de violência contínua, indicando que intervenções oportunas e adequadas poderiam prevenir tais mortes (United Nations Office on Drugs and Crime; United Nations Women, 2025).

Empiricamente, muitas mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídio encontram-se em situação de impotência diante de seus agressores, da sociedade e do sistema de justiça criminal, sendo, amiúde, invisibilizadas por não serem consideradas vítimas “ideais”, posto que não houve morte ou corpo a ser investigado. Os dados exíguos sobre essas sobreviventes e sobre o risco contínuo de perderem suas vidas reforçam a sensação de impunidade, já que tais ocorrências costumam ser reclassificadas como outros crimes, minimizando-se os ferimentos e as sequelas ocasionados pela violência sofrida. Sob a perspectiva psicossocial, esse processo de invisibilização mostra-se prejudicial em demasia, pois propicia o aumento da exposição das mulheres sobreviventes a novos episódios de vitimização (Reyes-Flores; Cortés-Hidalgo, 2024).

A propósito, danos psíquicos irrestritos atravessam a experiência subjetiva de mulheres com histórico de violência sexual e sobreviventes de feminicídio, devido ao caráter densamente patogênico e desestruturador da experiência traumática. Nesse sentido, Bapolisi

(2025) assinala que a vitimização sexual comumente repercute na eclosão de quadros característicos de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), transtorno depressivo, transtornos de ansiedade, transtorno dissociativo de identidade e dependência química. Por sua vez, Andrade e Souza (2023) advertem que o continuum de violências experimentadas por mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídio pode comprometer profundamente a saúde mental, levando-as, inclusive, a pensamentos de aniquilação da própria existência.

Diante dessa intrincada contextura, notabiliza-se a escuta como potente ferramenta de trabalho para profissionais atuantes nas áreas da saúde, assistência social, justiça e educação, no atendimento a mulheres em situação de violência de gênero. Com base nessa acepção, a escuta deve ser qualificada, sensível, isenta de julgamentos, bem como evitar a neutralização ou naturalização da violência, sobretudo nos serviços considerados “portas de entrada” - a exemplo dos órgãos das polícias Militar e Civil, Centros de Saúde, Centros de Referência Especializados na atenção a mulheres vítimas de violência, Centros de Atendimento da Assistência Social. Tal postura concorre para a eficácia do acionamento da Rede de Atendimento, previne a revitimização e fortalece a decisão da mulher de romper com o ciclo da violência (Fleury-Teixeira; Meneghel, 2015).

Inequivocamente, o processo de atendimento/assistência a mulheres em situação de violência pressupõe uma escuta eminentemente caleidoscópica, de teor sensível, respeitosa, cuidadosa, dialética, não revitimizadora; abalizada na atenção genuína, na alteridade, no encorajamento, na defesa intransigente dos Direitos Humanos e no empoderamento feminino. Essa abordagem deve exaltar em primazia o acolhimento do sofrimento insuportável e inominável, no intento de auxiliar as mulheres vitimizadas na livre expressão, na validação de emoções difíceis, na minimização das angústias e dos sentimentos conflitantes. Sincronicamente, reclama uma escuta qualificada, que honre a empatia, o “sentir com”, a ética do agir e do cuidado, o respeito à dignidade, o sigilo, a privacidade, a integralidade, a articulação em rede intersetorial (Barbosa, 2026).

A erradicação dos feminicídios e, de modo geral, da violência de gênero constitui um desafio urgente, devido à complexidade intrínseca ao problema, bem como à limitada conscientização acerca de suas causas, dos seus fatores de risco e das possíveis respostas

políticas. Nesse panorama, torna-se imprescindível a adoção de uma abordagem territorial e holística, capaz de aperfeiçoar a focalização e a avaliação das políticas destinadas ao enfrentamento da violência contra mulheres. Assim, o reconhecimento da influência dos fatores sistêmicos, comunitários e locais na dinâmica e na heterogeneidade da violência, bem como nas medidas políticas associadas, compõe um caminho essencial para o avanço das pesquisas científicas (Cerqua *et al.*, 2025).

Isto posto, o presente estudo tem como objetivo investigar os sentidos imanentes à escuta de mulheres vítimas de violência sexual, como dispositivo estratégico de atuação na rede intersetorial de atendimento, com vistas à prevenção do feminicídio.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, esta investigação caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza teórica e documental, configurando uma pesquisa descritiva desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura. Conforme destacam Ogassavara *et al.* (2023), o método de revisão narrativa da literatura engendra a tessitura de um arcabouço interdisciplinar de conhecimentos específicos a respeito de determinada temática, de maneira não sistematizada, proporcionando uma análise ampliada e crítica do estado do conhecimento. Esse método contribui para a identificação de lacunas no conhecimento científico e para a problematização de concepções consolidadas, frequentemente compreendidas como verdades estabelecidas.

Nessa perspectiva, a revisão narrativa notabiliza-se pela liberdade teórica e pela capacidade interpretativa, favorecendo o desenvolvimento de interpretações originais, assim como a proposição de abordagens conceituais inovadoras, a ampliação de possibilidades de reflexão crítica e de construção do conhecimento sobre o objeto investigado (Soares, 2025).

Empiricamente, as buscas na literatura e a coleta de dados foram realizadas no mês de maio do ano de 2026, mediante a apreciação e a análise de artigos científicos e de referências bibliográficas pertinentes à temática em estudo, publicados no período compreendido entre os anos de 2022 e 2026. As publicações foram recuperadas nas bases de dados Cambridge Core, Dialnet, Google Scholar, Periódicos CAPES, Springer Nature, Scielo e Scopus.

Na estratégia de busca, utilizaram-se a palavra-chave ‘escuta’ e os descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), ‘violência de gênero’, ‘violência doméstica e sexual contra a mulher’, ‘feminicídio’ e ‘intersectorialidade’, combinados pelo operador booleano AND.

Os critérios de inclusão englobaram artigos científicos, capítulos de livros e e-books publicados nos idiomas português e/ou inglês, no período de 2022 a 2026, visando reunir as evidências científicas mais recentes sobre o tema. Foram excluídos estudos duplicados nas bases de dados, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso (TCC) e artigos cujos conteúdos não apresentavam alinhamento com o objetivo desta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção sistematiza as evidências alcançadas a partir dos materiais eleitos no estudo. Inicialmente, o Quadro 1 contempla a caracterização detalhada das respectivas produções, considerando-se as seguintes variáveis: título, autoria, ano, objetivo, tipo de material, base de dados.

Quadro 1: Caracterização das produções selecionadas para a revisão narrativa da literatura

Nº	Título	Autoria	Ano	Objetivo	Tipo de material	Base de Dados
1	Transitional Justice and Gender-Based Violence in South Africa. Cham: Springer Nature Switzerland, 2026.	Wild	2026	Explorar como os mecanismos de justiça de transição podem abordar a violência sexual e de gênero (VSG) e o feminicídio na África do Sul.	eBook	Springer Nature
2	Bogotá, Colombia's single route of attention for women victims of violence and at risk of femicide: "Choques" (collisions) - perspectives of human rights lawyers stationed in health facilities.	Sprague et al.	2026	Investigar o funcionamento e as limitações da <i>Ruta Única</i> de atendimento para mulheres vítimas de violência e em risco de feminicídio de Bogotá.	Artigo	Scopus

Nº	Título	Autoria	Ano	Objetivo	Tipo de material	Base de Dados
3	Sentidos da escuta caleidoscópica nos cuidados psicológicos a mulheres vítimas de violência sexual.	Alcantara Barbosa	2026	Apresentar as práticas psicológicas assistenciais desenvolvidas em um Serviço de Referência para Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência Sexual, componente da Rede SUS, tendo como recurso norteador a escuta caleidoscópica.	Artigo	Google Scholar
4	Desenvolvendo competências essenciais: a capacitação de profissionais para um atendimento qualificado às mulheres em situação de violência sexual.	Assoni	2025	Apresentar a capacitação de profissionais como estratégia de qualificação do atendimento sensível às mulheres em situação de violência sexual.	Artigo	Google Scholar
5	Atuação da rede de atenção à mulher em situação de violência e seus limites na prevenção do feminicídio.	Orso <i>et al.</i>	2026	Analisar a atuação da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência e identificar seus limites na prevenção do feminicídio no Brasil.	Artigo	Google Scholar
6	Obstacles to empathetic listening after sexual violence.	McKiernan e Campbell	2025	Analisar obstáculos à escuta empática de vítimas de violência sexual.	Artigo	Cambridge Core
7	Empathy through Listening.	Hayakawa e Katsunori	2025	Compreender o papel da empatia por meio da escuta.	Artigo	Cambridge Core
8	Enxergando abusos invisíveis: acolhimento a mulheres vítimas de violência sob o olhar da psicologia jurídica.	Alves do Amorim Neto <i>et al.</i>	2025	Elucidar sobre os abusos invisíveis sofridos por mulheres vítimas de violência.	Artigo	Google Scholar
9	Acolhimento, políticas públicas e impactos da violência sexual contra mulheres: uma revisão narrativa.	Gois <i>et al.</i>	2025	Analisar as estratégias de acolhimento, a evolução das políticas públicas e os impactos da violência sexual contra mulheres.	Artigo	Google Scholar
10	O silêncio que precede o crime: os desafios enfrentados por mulheres para denunciar a violência antes do feminicídio.	Gonçalves <i>et al.</i>	2025	Refletir sobre os fatores que silenciam e imobilizam as mulheres submetidas à violência que podem resultar no feminicídio.	Artigo	Google Scholar

Nº	Título	Autoria	Ano	Objetivo	Tipo de material	Base de Dados
11	SOARES, Jerre Adriano Oliveira Santos. Feminicídio no Brasil: a luta por justiça, as vozes de resistência e a escuta do silêncio.	Soares	2025	Compreender o feminicídio como fenômeno estrutural, simbólico e espiritual, articulando justiça jurídica e justiça ancestral, e reconhecendo figuras como Maria Padilha e Santa Rita de Cássia como emblemas da resistência feminina.	Artigo	Google Scholar
12	A semiose do silêncio e a escuta como método: reflexões peirceanas sobre a violência de gênero e o conhecimento sensível.	Bizan	2025	Compreender a semiose do silêncio nas narrativas sobre violência de gênero, interpretando-o não como ausência, mas como presença simbólica, afetiva e ética.	Artigo	Periódicos CAPES
13	Assessing risk indicators of intimate partner femicide considering victim's coping strategies to violence: a dynamic multilevel linear mixed model based on genetic algorithms.	Garcia-Vergara <i>et al.</i>	2024	Analisar o impacto de estratégias de enfrentamento de engajamento e desengajamento na probabilidade de ocorrência de violência por parceiro íntimo.	Artigo	Scopus
14	Silence and Listening	Heiti	2024	Refletir sobre as características de um bom ouvinte em situações de testemunho da injustiça.	Artigo	Cambridge Core
15	A violência da escuta e a escuta da violência.	Conte	2024	Contribuir com reflexões que previnam ou minimizem a violência da escuta, a partir dos conceitos de trauma, em Freud, Ferenczi e Winnicott, ética do cuidado e contratransferência.	Artigo	Scielo
16	Narrative and femicide: a testimony to say no to relationships that kill.	Persi	2024	Apresenta considerações, avaliações e sugestões pedagógicas sobre feminicídio e as formas de violência de gênero.	Artigo	Google Scholar
17	Beyond Women's Voices: towards a victim-survivor-centred theory of listening in law reform on violence against women.	Ailwood <i>et al.</i>	2023	Apresentar uma proposta teórica de escuta centrada na vítima-sobrevivente de violência contra a mulher.	Artigo	Springer Nature

Nº	Título	Autoria	Ano	Objetivo	Tipo de material	Base de Dados
18	Feasibility of an online-based safety decision aid for brazilian women living with intimate partner violence: findings from participatory-action research in a one stop center.	Signorelli <i>et al.</i>	2023	Examinar a viabilidade de um sistema de apoio à decisão baseado em tecnologia para mulheres brasileiras que vivem com violência doméstica, adaptado ao contexto brasileiro	Artigo	Springer Nature
19	Ouvir, respeitar, proteger: recomendações para entrevista com mulheres vítimas de violência sexual.	Scarpati <i>et al.</i>	2023	Apresentar procedimentos a serem adotados em entrevistas com mulheres vítimas de violência sexual.	Artigo	SciELO
20	Políticas públicas inerentes à escuta qualificada de mulheres em situação de violência.	Araújo <i>et al.</i>	2023	Analisar como a escuta qualificada de mulheres em situação de violência é realizada nos principais serviços de acolhimento da rede de enfrentamento de violência de gênero	Artigo	Periódicos CAPES
21	Casa da Mulher Brasileira e a política pública de atendimento intersectorial prestada à vítima.	Almeida e Araújo	2023	Apresentar a Casa da Mulher Brasileira como política pública de atendimento intersectorial que se constituiu em uma das respostas possíveis ao problema complexo da violência doméstica	Artigo	Dialnet
22	Itinerários processuais anteriores ao feminicídio: Os limites da prevenção terciária.	Pierobom de Ávila e Quezado Soares Magalhães	2022	Problematizar as estratégias de prevenção terciária de feminicídio.	Artigo	Google Scholar
23	Realidades de horror: Feminicídios e violência sexual contra a mulher.	Solyszko	2022	Abordar o problema da violência sexual a partir de duas dimensões: o controle e o uso do corpo das mulheres como território de conquista nos contextos de guerra, e sua posse, seguida de destruição, na prática dos feminicídios.	Capítulo de livro	Google Scholar

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 1, o corpus da presente pesquisa foi constituído por 23 (vinte e três) materiais bibliográficos, abrangendo 21 (vinte e um) artigos científicos publicados em periódicos indexados, 1 (um) e-book e 1 (um) capítulo

de livro. As publicações foram selecionadas em razão da relevância científica, atualidade e aderência ao objeto investigado, a fim de assegurar fundamentação teórica consistente e abrangente para a discussão proposta, contemplando diferentes enfoques e contribuições pertinentes à temática em análise.

Posteriormente, considerando as idiossincrasias das evidências compiladas, os achados teóricos foram organizados em três eixos temáticos, apresentados a seguir: (3.1) violência sexual e tentativa de feminicídio - magnitude, danos e riscos associados; (3.2) do silêncio à escuta centrada na vítima-sobrevivente, em favor da amplificação de vozes; e (3.3) pesquisa e inovação em tecnologias assistenciais para escuta de vítimas de violência sexual e tentativa de feminicídio.

3.1 VIOLÊNCIA SEXUAL E TENTATIVA DE FEMINICÍDIO - MAGNITUDE, DANOS E RISCOS ASSOCIADOS

A violência sexual e o feminicídio constituem as expressões mais extremas e emblemáticas da violência de gênero, pois atingem simultaneamente a integridade física, subjetiva e existencial das mulheres. Em ambos os casos, atesta-se o exercício brutal de poder e dominação sobre o corpo feminino, marcado pela violação da intimidade, objetificação e destruição da vida. Essas formas de violência compartilham elementos estruturais comuns: são sustentadas pelas desigualdades de gênero, assim como pela precariedade das políticas públicas de proteção e pelo respaldo simbólico de uma cultura patriarcal que frequentemente relativiza a responsabilidade dos agressores, ao passo que culpabiliza as vítimas. Nos feminicídios, é recorrente a existência de um histórico de sofrimento prolongado, atravessado por agressões físicas, psicológicas e sexuais, comprovando que a morte representa, muitas vezes, o desfecho extremo de um ciclo contínuo de violência. Nesse contexto, tanto a violência sexual quanto o feminicídio se revelam como instrumentos de controle e destruição da autonomia feminina, especialmente em sociedades que naturalizam práticas de coerção, possessividade e subordinação das mulheres (Solyszko, 2022).

Os impactos da violência sobre a saúde das mulheres se manifestam de maneira multidimensional e profunda, variando em conformidade com fatores tais como idade, condições socioeconômicas e duração das agressões. Entretanto, observa-se que os danos tendem a ser mais severos e cumulativos quando a violência ocorre de forma prolongada, com repetição sistemática. Entre as principais

consequências estão o sofrimento psíquico persistente, transtorno de ansiedade, transtorno depressivo, além de prejuízos sociais, econômicos e relacionais que comprometem enormemente a qualidade de vida das vítimas. Em situações extremas, tais efeitos podem culminar em desfechos irreversíveis, incluindo o suicídio e o feminicídio (Alves do Amorin Neto *et al.*, 2025).

Conquanto os dados estatísticos sejam fundamentais para dimensionar a magnitude da violência de gênero, é tão-somente através das experiências concretas e subjetivas das vítimas e sobreviventes que podemos apreender sua complexidade e gravidade. Nessa esfera, a violência ocorre majoritariamente no espaço doméstico e familiar e, em menor grau, é perpetrada por perseguidores persistentes, homens que atuam individualmente ou em grupo. Essa dinâmica controversa reforça estruturas sociais que historicamente desvalorizam a condição feminina e favorecem relações de poder assimétricas. Em consonância com essa lógica, características como ciúme excessivo, controle coercitivo, possessividade, intimidação e ameaças constituem mecanismos de dominação que comumente antecedem agressões mais graves e podem culminar no feminicídio. Ainda mais, o problema é agravado pela insuficiência institucional no acolhimento das denúncias, pela banalização da violência e pela omissão de redes sociais próximas às vítimas, como familiares, amigos e vizinhos. Logo, o feminicídio não pode ser compreendido apenas como um ato isolado, mas como resultante de estruturas culturais e sociais que, muitas vezes, toleram, legitimam e reproduzem a violência contra as mulheres (Persi, 2024).

3.2 DO SILÊNCIO À ESCUTA CENTRADA NA VÍTIMA-SOBREVIVENTE, EM FAVOR DA AMPLIFICAÇÃO DE VOZES

A escuta constitui uma competência fulcral no atendimento a mulheres em situação de violência, na qualidade de prática interpretativa e produtora de sentidos (Almeida; Araújo, 2023). À vista disso, compreender o silêncio exige reconhecê-lo como fenômeno ambivalente: pode expressar imposição, mas também autonomia e resistência. No contexto da violência de gênero, o silêncio não significa ausência, mas um signo carregado de historicidade, afeto e dimensão ética. Em outras palavras, o silêncio pode operar como forma de resistência, arquivo de memória e modo de produção de conhecimento. Nessa lógica, a escuta não se limita à captação do discurso explícito, mas implica acolhimento do não dito como parte constitutiva da experiência.

Trata-se de uma postura ética e política diante da alteridade, que exalta o silêncio enquanto elemento legítimo da comunicação e via de acesso a subjetividades complexas (Bizan, 2025).

Muitas vezes, o silêncio exprime a única saída encontrada por mulheres em contextos de violência, impelidas por múltiplos fatores estruturais, como medo, dependência econômica e afetiva, descrença institucional e ausência de acolhimento. Não se trata de escolha individual, mas de um efeito decursivo de processos sociais que silenciam sistematicamente as mulheres. Daí, o silêncio que antecede o feminicídio denota um fenômeno histórico e estrutural, sustentado por relações patriarcais. Rompê-lo impõe transformações culturais, econômicas e institucionais, além de políticas públicas voltadas à proteção, autonomia e redistribuição de renda (Gonçalves *et al.*, 2025).

Nessa conjunção, admite-se a escuta enquanto prática social e relacional, que exige disposição crítica para revisão de pressupostos e desconstrução de vieses. Consequentemente, um bom ouvinte deve ser especialmente sensível aos testemunhos silenciados, isento de preconceitos socialmente incorporados (Heiti, 2024). Sob outro prisma, a escuta opera como uma ação corporal e relacional, essencial à construção de empatia. Como efeito, a escuta ativa desencadeia ciclos de reciprocidade que podem gerar segurança compartilhada e transformação gradual das perspectivas dos envolvidos, sustentando processos empáticos ao longo do tempo (Hayakawa; Miyahara, 2025).

No campo da justiça e da segurança pública, o primeiro contato com a vítima pode influenciar decisivamente sua disposição para relatar os fatos, sendo essenciais práticas não julgadoras. Por isso, recomenda-se que o processo de escuta incorpore práticas como relato livre, perguntas abertas, construção de rapport e registro adequado do depoimento. Essas estratégias reduzem a revitimização e suscitam a confiabilidade do testemunho (Scarpatti *et al.*, 2023).

Em contrapartida, a escuta inadequada pode produzir novo sofrimento psíquico, reforçando processos de revitimização. Deveras, preconceitos, julgamentos e ausência de qualificação técnica comprometem a capacidade empática do profissional. Então, escutar a violência agencia formação adequada e manejo ético dos próprios aspectos subjetivos do ouvinte, evitando retraumatização (Conte, 2024). Em face do exposto, propõe-se uma abordagem centrada na vítima-sobrevivente, que preze a atenção e a responsividade; que desloque o foco do falante para a política da escuta, em suas dimensões ética

e jurídica. Assim, práticas como silenciamento, descrédito ou escuta sem transformação institucional evidenciam a necessidade de modelos mais responsivos e comprometidos com a subjetividade jurídica das vítimas (Ailwood *et al.*, 2023).

Considerando-se que a violência sexual e o feminicídio estão ligados a legados coloniais, a normas culturais e a desigualdades estruturais (Wild, 2026), a escuta empática das vítimas requer o prévio reconhecimento da credibilidade do testemunho, além da resistência às estruturas que distorcem tais narrativas. Nessa trama emerge a prática da escuta subversiva, como forma de resistência aos paradigmas opressivos, que desafia as estruturas de dominação como o patriarcado, o racismo e a heteronormatividade (McKiernan; Campbell, 2025).

Concomitantemente, testifica-se a potência da escuta de sentido caleidoscópico, na qualidade de construto metafórico que designa uma tecnologia leve, dinâmica e sensível, orientada ao acolhimento e à apreensão dos sentidos presentes nas narrativas de vitimização sexual, ao passo que prestigia as respectivas nuances sociais, históricas, culturais e interseccionais. Dessa forma, categoricamente, a escuta enobrece a mulher na sua totalidade existencial, como protagonista da própria história de vida; aviva sua voz e vez, tanto quanto o rompimento de processos de silenciamento e a reconstrução de sentidos após a violência sofrida (Alcantara Barbosa, 2026). Portanto, as narrativas das mulheres sobreviventes possuem potencial transformador ao romper o silêncio, produzir conscientização e impulsionar mudanças sociais. Paralelamente, conformam ferramentas coletivas de enfrentamento da violência de gênero, capazes de tensionar estruturas de poder e promover novas formas de relação social (Persi, 2024).

3.3 PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS ASSISTENCIAIS PARA ESCUTA DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL E TENTATIVA DE FEMINICÍDIO

A violência contra a mulher representa um grave problema de saúde pública e de direitos humanos. O Brasil figura entre os países com maiores índices de feminicídio, enquanto uma parcela expressiva das mulheres sofre violência física e/ou sexual perpetrada pelo parceiro íntimo ao longo da vida. Embora o país disponha de um amplo arcabouço de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres, a persistência de indicadores alarmantes revela fragilidades na implementação dessas

ações e reforça a necessidade de estratégias inovadoras, sustentáveis e de alcance nacional. Nesse contexto, a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias assistenciais voltadas à escuta qualificada apresentam elevado potencial para fortalecer a rede de proteção. Por exemplo, ferramentas de apoio à tomada de decisão, orientação sobre medidas de segurança, conexão com serviços especializados e fortalecimento da autonomia podem colaborar para o enfrentamento da violência, ampliando o acesso das vítimas a informações, suporte e mecanismos de proteção (Signorelli *et al.*, 2023).

A qualificação dos profissionais atuantes nos sistemas de saúde, assistência social, segurança pública e justiça constitui um elemento central para a efetividade dessas iniciativas. A ausência de formação específica para a escuta de mulheres em situação de violência favorece a revitimização institucional, reduz a sensibilidade no atendimento e compromete o encaminhamento adequado (Araújo *et al.*, 2023). Nesse sentido, programas de capacitação baseados em evidências, aliados a protocolos padronizados de entrevista e acolhimento, podem minimizar vieses de gênero, qualificar a coleta de informações e promover ambientes de atendimento pautados no respeito, na empatia e na preservação da memória dos fatos relatados (Scarpatti *et al.*, 2023). Ademais, tais estratégias incitam à maior resolutividade e ao aperfeiçoamento da qualidade dos serviços; impactam o atendimento acolhedor e seguro, com ênfase no respeito às singularidades, à autonomia e à reconstrução de vínculos, capacitando as mulheres assistidas para o rompimento de ciclos de violência e para a construção de um futuro autônomo e mais seguro (Assoni, 2025).

Absolutamente, o enfrentamento da violência sexual e das tentativas de feminicídio carece de respostas intersetoriais que integrem saúde, justiça, assistência social e segurança pública. Em vista disso, o acolhimento humanizado, associado à oferta de espaços para suporte psicológico, social e jurídico, é primordial para a recuperação das vítimas e a interrupção dos ciclos de violência. Todavia, a despeito dos avanços nas políticas públicas, persistem desafios relacionados à cobertura territorial dos serviços, à integração da rede de atendimento e à superação de barreiras socioculturais que perpetuam desigualdades de gênero (Gois *et al.*, 2025). Logo, o fortalecimento dos serviços especializados no apoio psicossocial às mulheres vitimizadas sexualmente, bem como dos serviços destinados à intervenção reflexiva com agressores, demarca importantes estratégias preventivas (Pierobom de Ávila; Quezado Soares Magalhães, 2022).

Infere-se, pois, que é vital a sensibilização dos profissionais para apreender a violência de gênero enquanto fenômeno estrutural, sistêmico e cíclico. De modo consequente, a articulação entre órgãos governamentais, instituições de justiça, serviços de saúde e organizações comunitárias propicia respostas efetivas, centradas nas demandas das vítimas. Inclusivamente, são elementares pesquisas que investiguem experiências de acesso aos serviços, trajetórias de cuidado e fatores que influenciam a atuação dos atores da rede de proteção (Sprague *et al.*, 2026). Para mais, programas preventivos e serviços especializados, acessíveis e adequadamente financiados, são indispensáveis, sobretudo em regiões com menor cobertura assistencial (Garcia-Vergara *et al.*, 2024).

Em suma, o enfrentamento ao feminicídio reclama uma escuta sensível, espiritual, política e comprometida com o reconhecimento da ancestralidade e das múltiplas expressões do feminino na luta por justiça e dignidade (Soares, 2025). De modo prático, esse enfoque deve se materializar em uma abordagem que transcenda o campo jurídico, incorporando as dimensões sociais, culturais e institucionais (Gonçalves *et al.*, 2025). Acima de tudo, a prevenção da violência letal contra mulheres advém da capacidade do Estado de prover respostas articuladas, sensíveis e capazes de reconhecer, preliminarmente, as trajetórias de risco antecedentes ao feminicídio (Orso *et al.*, 2026). Somente por meio de ações integradas, contínuas e centradas nas necessidades das vítimas será possível fortalecer as redes de proteção, prevenir a violência e assegurar o direito das mulheres a uma vida livre, segura e digna (Gonçalves *et al.*, 2025; Persi, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os silêncios produzidos em contextos de sofrimento de violência sexual e de tentativas de feminicídio não correspondem à ausência de testemunho, mas circunscrevem formas complexas de expressão atravessadas por medo, vulnerabilidade, resistência e memória. Desse modo, para além de uma estratégia de acolhimento, a qualificação da escuta representa um instrumento de produção de conhecimento e de ampliação do acesso à justiça.

Dignifica-se, pois, o potencial das tecnologias assistenciais como instrumentos de robustecimento das redes de proteção e de ampliação da autonomia das mulheres em situação de violência. Sua efetividade

depende da articulação com políticas públicas intersetoriais, da capacitação permanente dos profissionais e do compromisso institucional com práticas pautadas na égide da defesa dos direitos humanos e na equidade de gênero. Aliás, tecnologias desprovidas de sensibilidade ética ou inseridas em estruturas institucionais fragilizadas tendem a reproduzir barreiras que historicamente dificultam o acesso das vítimas ao acolhimento e à proteção.

Efetivamente, o enfrentamento da violência sexual e do feminicídio postula uma abordagem que coadune prevenção, educação para a igualdade de gênero, qualificação das instituições e fortalecimento das condições materiais de autonomia das mulheres. Implica, igualmente, a legitimação das narrativas das sobreviventes como fontes de conhecimento social e político, potentes para desafiar as estruturas de opressão historicamente consolidadas. Afinal, este estudo impulsiona o debate sobre violência de gênero, ao articular os campos da violência sexual, da tentativa de feminicídio, da escuta centrada na vítima e inovação em tecnologias assistenciais, indicando a urgência de pesquisas que avaliem a efetividade dessas tecnologias e que subsidiem modelos de atendimento que realisticamente integrem acolhimento, proteção e produção de evidências.

Como limitação do estudo, enfatiza-se que os resultados decorrem de uma análise interpretativa da literatura à luz do objetivo proposto, sem intenção de expor uma síntese exaustiva da produção científica ou uma generalização dos achados. Inobstante, a investigação oferece contribuições para o aprimoramento de políticas públicas, da atuação intersetorial e das estratégias de enfrentamento da violência sexual contra mulheres, com ênfase na prevenção do feminicídio.

REFERÊNCIAS

AILWOOD, Sarah et al. Beyond Women's Voices: towards a victim-survivor-centred theory of listening in law reform on violence against women. **Feminist Legal Studies**, v. 31, p. 217–241, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10691-022-09499-1> Acesso em: 23 mai. 2026.

ALCANTARA BARBOSA, Valéria Raquel. Sentidos da escuta caleidoscópica nos cuidados psicológicos a mulheres vítimas de violência sexual. **Scientia Generalis**, Patos de Minas - MG - Brasil, v. 7, n. 1, p. 810–821, 2026. Disponível em: <https://www.scienciageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/909> Acesso em: 15 jul. 2026.

ALMEIDA, Vanessa Therezinha Sousa de; ARAÚJO, Marilene Pereira de. Casa da Mulher Brasileira e a política pública de atendimento intersectorial prestada à vítima. **Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa**, v. 1, n. 1, p. 415-442, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.58725/rivjr.v1i1.7> Acesso em: 24 mai. 2026.

ALVES DO AMORIN NETO, José et al. Enxergando abusos invisíveis: acolhimento a mulheres vítimas de violência sob o olhar da psicologia jurídica. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 10, n. Especial_2, 2025. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/3258 Acesso em: 22 mai. 2026.

ANDRADE, Isabella Parreiras; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. Saúde mental de mulheres sobreviventes a tentativas de feminicídio. **Revista de Psicologia**, v. 14, n. 1, e023017. jan./dez. 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10091546> Acesso em: 24 mai. 2026.

ARAÚJO, Letícia Ghislotti et al. Políticas públicas inerentes à escuta qualificada de mulheres em situação de violência. **Cippus**, v. 11, n. 1, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/cippus.v11i1.10425> Acesso em: 23 mai. 2026.

ASSONI, Maria Aurélia da Silveira. Desenvolvendo competências essenciais: a capacitação de profissionais para um atendimento qualificado às mulheres em situação de violência sexual. **Saúde Coletiva (Barueri)**, [S. l.], v. 15, n. 93, p. 14263, 2025. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3385> Acesso em: 18 jul. 2026.

BAPOLISI, Achille. A mental health emergency: a clinical and cultural response to sexual violence in the democratic republic of the Congo. **Cambridge Prisms: Global Mental Health**, v 12, p. e133, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/gmh.2025.10087> Acesso em: 24 mai. 2026.

BARBOSA, Valéria Raquel Alcantara. Escuta caleidoscópica de mulheres vítimas de violência sexual: experiência em Serviço de Referência para Atenção Integral na Rede SUS. **Revista COCEVID**, v. 3, n. 1, p. 237–254, 2026. Disponível em: <https://cocevid.com.br/wp-content/uploads/2026/03/Revista-COCEVID-2026-ESCUTA-CALEIDOSCOPICA-DE-MULHERES-VITIMAS-DE-VIOLENCIA-SEXUAL1.pdf> Acesso em: 23 mai. 2026.

BIZAN, Kátia. A semiose do silêncio e a escuta como método: reflexões peirceanas sobre a violência de gênero e o conhecimento sensível. In **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**, v. 12 n. 1, dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.53987/2178-5368-2022-12-03> Acesso em: 23 mai. 2026.

CERQUA, Augusto et al. Femicides, anti-violence centers, and policy targeting. **European Economic Review**, v. 183, p. 105221, 4 dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2025.105221> Acesso em: 23 mai. 2026.

CONTE, Raquel Furtado. A violência da escuta e a escuta da violência. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 61, p. 19-30, jun. 2024. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372024000100019&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 23 mai. 2026.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Orgs.). **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015, 424 p. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415511> Acesso em: 24 mai. 2026.

GARCIA-VERGARA, Esperanza. et al. Assessing risk indicators of intimate partner femicide considering victim's coping strategies to violence: A dynamic multilevel linear mixed model based on genetic algorithms. **Heliyon**, v. 10, n. 18, p. e37827, set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e37827> Acesso em: 23 mai. 2026.

GOIS, Yasmim Dória Cardoso et al. O acolhimento, políticas públicas e impactos da violência sexual contra mulheres: uma revisão narrativa. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 8, n. 19, p. e082462, 2025. Disponível em: <https://mail.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2462> Acesso em: 24 mai. 2026.

GONÇALVES, Israel et al. O silêncio que precede o crime:: os desafios enfrentados por mulheres para denunciar a violência antes do feminicídio. **Revista Direito, Economia e Globalização, [S. l.]**, v. 5, n. 2, 2025. Disponível em: <https://revistadedireito.catolicasc.org.br/index.php/revistadedireito/article/view/94> Acesso em: 25 mai. 2026.

HAYAKAWA, Seisuke; MIYAHARA, Katsunori. Empathy through Listening. **Journal of the American Philosophical Association**, v. 11, n. 2, p. 287–302, 2025. Disponível: <https://doi.org/10.1017/apa.2024.12> Acesso em: 24 mai. 2026.

HEITI, Warren. Silence and Listening. **Dialogue**, v. 63, n. 2, p. 263–276, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0012217324000088> Acesso em: 24 mai. 2026.

MCKIERNAN, Amy; CAMPBELL, Elspeth. Obstacles to empathetic listening after sexual violence. **Hypatia**, v. 40, n. 1, p. 41–53, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/hyp.2024.51> Acesso em: 24 mai. 2026.

OGASSAVARA, Dante et al. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 8-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.3.7646> Acesso em: 25 mai. 2026.

ORSO, Livia Faria et al. Atuação da rede de atenção à mulher em situação de violência e seus limites na prevenção do feminicídio. **Revista de Geopolítica**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e1622, 2026. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revgeo/article/view/1622> Acesso em: 16 jul. 2026.

PERSI, Rosella. Narrative and femicide: a testimony to say no to relationships that kill. **Women&Education**, n. 4, p. 119-125, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.7346/-we-II-04-24_21 Acesso em: 24 mai. 2026.

PIEROBOM DE ÁVILA, Thiago; QUEZADO SOARES MAGALHÃES, Thais. Itinerários processuais anteriores ao feminicídio: Os limites da prevenção terciária. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 187, n. 187, p. 355–395, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/54> Acesso em: 15 jul. 2026.

REYES-FLORES, Adriana; CORTÉS-HIDALGO, Teresa. Forensic psychological evaluation of survivors of femicide: a dignified forensic intervention for victims. In: Cortes-Perez, O.I. (eds) **Forensic Victimology and Femi(ni)cide**. Cham: Springer, 2024. p. 219–243, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-72516-6_7 Acesso em: 22 mai. 2026.

SCARPATI, Arielle Sagrillo et al. Ouvir, respeitar, proteger: recomendações para entrevista com mulheres vítimas de violência sexual. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, v. 9, p. 1257–1296, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v9i3.851> Acesso em: 23 mai. 2023.

SIGNORELLI, Marcos Claudio et al. Feasibility of an online-based safety decision aid for brazilian women living with intimate partner violence: findings from participatory-action research in a one stop center. **Journal of Family Violence**, v. 38, p. 433–446, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10896-022-00409-2> Acesso em: 22 mai. 2026.

SOARES, Ana Karine de Araújo. Revisões da Literatura: diferenças, métodos e aplicações. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 982–1005, 2025. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/6626> Acesso em: 18 jul. 2026.

SOLYSZKO, Izabel. Realidades de horror: Feminicídios e violência sexual contra a mulher. In: CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (org.). **Violência sexual contra a mulher: abordagens, contextos e desafios**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2022. p. 145-163. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/17171> Acesso em: 22 mai. 2026.

SPRAGUE, Courtenay et al. Bogotá, Colombia's single route of attention for women victims of violence and at risk of femicide: "Choques" (collisions) - perspectives of human rights lawyers stationed in health facilities. **Global Public Health**, v. 21, n. 1, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17441692.2025.2610905> Acesso em: 23 mai. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; UNITED NATIONS WOMEN. **Femicides in 2024**: global estimates of intimate partner/family member femicides. Vienna: United Nations, 2025. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2025-11/femicides-in-2024-global-estimates-of-intimate-partner-family-member-femicides-en.pdf> Acesso em: 22 mai. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; UNITED NATIONS WOMEN. **Gender-related killings of women and girls (femicide/feminicide)**: global estimates of female intimate partner/family-related homicides in 2022. New York: United Nations Office on Drugs and Crime, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/briefs/Femicide_Brief_2024.pdf Acesso em: 22 mai. 2026.

WILD, Stephanie. **Transitional Justice and Gender-Based Violence in South Africa**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-032-12804-1> Acesso em: 22 mai. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **RESPECT women**: preventing violence against women, second edition. Geneva: World Health Organization, 2025a. Disponível em: <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/90fcb5c1-3b08-4ce6-99d5-bf6a7c243229/content> Acesso em: 24 mai. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against women prevalence estimates, 2023**: global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and non-partner sexual violence against women. Geneva: World Health Organization, 2025b. Disponível em: Acesso em: 24 mai. 2026. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240116962> Aceso em: 24 mai. 2026.

Data da submissão: 30.05.2026.

Data da aprovação: 15.07.2026.